

# Planalto rejeita o novo congelamento

CORNEIO BRAZILIENSE

*Economia - Brasil*

- 6 MAI 1987

O Governo não está pensando em determinar um novo congelamento de preços mas sim em promover um entendimento nacional envolvendo, novamente, forças políticas, sociais e econômicas com o objetivo de conseguir a estabilidade dos preços e preservar os empregos e salários. A informação é do secretário de imprensa da Presidência da República, jornalista Antônio Frota Neto, que garantiu ainda que o Governo já tem a sua proposta pronta, mas não quer apresentá-la antes do início das negociações "para não inibir as propostas das outras partes".

Segundo Frota Neto, hoje o presidente José Sarney acredita que se atinja o entendimento nacional principalmente porque o momento atual difere da época em que o governo se empenhou no pacto social conversando com patrões e empregados sem obter resultados positivos, mas apenas aumentar as discórdias. Atualmente a instabilidade econômica "é um convite à negociação" ao contrário do quadro positivo existente durante as negociações anteriores quando havia pleno emprego, grande produção e alto consumo.

O primeiro passo do Governo no sentido da negociação foi dado através da viagem do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto à Argentina, entre os dias 27 e 29 últimos, para conversar com entidades empresariais, sindicatos e confederações com o objetivo de visualizar as relações dos parceiros sociais argentinos que promoveram um entendimento nacional há um

ano. A conclusão do ministro, entretanto, foi a de que a situação argentina difere das condições que se apresentam no quadro brasileiro, o que impede que se tome o modelo do presidente Raul Alfonsín como referência. A grande diferença entre as duas situações é a múltipla representatividade que as categorias têm no Brasil.

Segundo Frota Neto, o Governo considera que para a condução da negociação é fundamental que as partes olhem a economia sob o ângulo da necessidade da negociação externa. Frota não esclareceu, no entanto se isto significa, um retorno ao Fundo Monetário Nacional (FMI). O entendimento permitiria a normalização das áreas ora deficientes enquanto seria a única forma que viabilizaria a transição para se atingir a superação da crise.

Ainda sob a ótica da necessidade da negociação externa,

o porta-voz da presidência enfatiza que é também prioritário o equilíbrio dos resultados da balança comercial. A necessidade da formação de divisas é bastante significativa desde que o País dispõe hoje de reservas muito reduzidas, 3,5 bilhões de dólares. Esse aspecto seria um dos principais para o Governo desconsiderar qualquer plano de recongelamento de preços. Na realidade, segundo uma fonte do Planalto, o Governo não teria coragem de lançar mão da medida principalmente por estar ciente de que a crise de hoje que registra números nunca antes atingidos, é uma consequência do Plano Cruzado. Segundo Frota, um novo choque não consta dos planos dos ministros da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e do Planejamento, Aníbal Teixeira, que teria classificado as informações sobre congelamento como "um engano".